



Anais da Assembléia

Nº 30

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE MAIO DE 1989.

ANO XV

Atos da Presidência:

LEI Nº 8969

Data: 02 de maio de 1989.

Súmula: Cria o Distrito Administrativo de Marcelino, no Município de São José dos Pinhais, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU PROMULGO, NOS TERMOS DO § 4º, DO ARTIGO 28, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica criado, no Município de São José dos Pinhais, o Distrito Administrativo de Marcelino, com sede na localidade do mesmo nome e as seguintes divisas:

"O ponto de partida, foi cravado junto à ponte sobre o Rio de Una, na estrada velha para Joinville; deste ponto segue pela estrada velha para Joinville no sentido de Curitiba, numa distância de 1,5 km. até encontrar a estrada que vai para o lugar denominado Faxina; deste ponto segue pela estrada que vai para Faxina; numa distância de 4 Km até o lugar denominado Faxina, deste ponto segue pela estrada que liga Faxina à Campestre da Faxina, numa distância de 6 Km. até encontrar o lugar Campestre da Faxina; deste ponto segue pela estrada que liga Campestre da Faxina ao lugar denominado Espigão, numa distância de 6 Km. até encontrar a estrada para a Colônia Marcelino; deste ponto segue pela estrada que liga Colônia Marcelino à Cotia, numa distância de 5 Km. até encontrar a estrada que liga ao lugar Rio Abaixo, numa distância de 3 Km. até encontrar o Rio Despique; deste ponto segue pelo Rio Despique confrontando com o Município de Mandirituba, numa distância de 8 Km. até encontrar o lugar denominado Colônia Marcelino; deste ponto segue por linha seca e o Rio dos Pires, ainda confrontando com o Município de Mandirituba, numa distância de 6 Km. até encontrar o Rio de Una; deste ponto segue pelo Rio de Una, confrontando com o Município de Tijucas do Sul numa distância de 12 Km. até encontrar o ponto de partida."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 02.05.89.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 24.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 1.989
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Haroldo Rodrigues Ferreira e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Acyr Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrarri Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos e Valderi Mendes Vilela (36). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: José Afonso Júnior, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Basílio Zanusso, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Hermas Brandão, José Alves, José Felinto, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Nilton Barbosa, Rafael Greca e Vera Agibert (18).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 47/89

Curitiba, 21 de abril de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 31 de janeiro do corrente ano, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, e os Municípios de ASTORGA, CORBÉLIA; GRANDES RIOS, JARDIM ALEGRE, NOVA FÁTIMA e TAPIRA, objetivando a implantação do projeto de produção de alimentos em panificação e pastifício.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ARY VELOSO QUEIROZ
Governador do Estado,
em exercício.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 48/89

Curitiba, 21 de abril de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, objetivando a implantação do projeto de produção de alimentos em panificação e pastifício, com os municípios e nas datas abaixo relacionados:

Data:	Município:
05.09.88	- Cianorte
05.09.88	- Cruzeiro do Oeste
05.09.88	- Diamante do Norte
05.09.88	- Jaguapitã
05.09.88	- Maria Helena
05.09.88	- Peabiru
05.09.88	- Primeiro de Maio
05.09.88	- Santa Amélia
05.09.88	- São Pedro do Ivaí
05.09.88	- Terra Rica
11.11.88	- Janiópolis
11.11.88	- Ourizona
11.11.88	- Paraíso do Norte
11.11.88	- Santa Inês
17.08.88	- Santo Antônio do Sudoeste
17.08.88	- Nova Londrina
21.12.88	- Santo Inácio

Para os mesmos fins, são também encaminhadas cópias autênticas dos convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da referida Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, objetivando a im-

plantação do projeto de processamento de hidrosolúveis - leite de soja, sucos e sopas cremosas, com os municípios e nas datas que se seguem:

Data:	Municípios:
05.09.88	- Colorado
05.09.88	- Tupãssi
06.10.88	- Santo Inácio
06.10.88	- Paigandu

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ARY VELOSO QUEIROZ
Governador do Estado,
em exercício

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 49/89

Curitiba, 24 de abril de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 16 de dezembro de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e de sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os municípios de CIDADE GAÚCHA, SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ e SÃO CARLOS DO IVAÍ, objetivando a execução de obras e serviços de controle da erosão urbana nos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ARY VELOSO QUEIROZ
Governador do Estado,
em exercício.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob DTL/SAT n° 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49 e 50/89, do Senhor Governador do Estado em exercício, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n°s:

31/88: de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de utilidade pública a "Comunidade de Assistência aos Dependentes de Drogas - Casa da Copiosa Redenção

CCR", com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei, tomou o nº 8.959. Anote-se. Arquite-se.

156/88: de autoria do Deputado PAULINO DELAZERI, declara de utilidade pública, a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araruna", com sede e foro naquela localidade, o qual convertido em Lei, tomou o nº 8.960. Anote-se. Arquite-se.

166/88: de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a "Associação de Moradores do Alto Cajuru", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei, tomou o nº 8.961. Anote-se. Arquite-se.

173/88: de autoria do Deputado VALDERI VILELA, que declara de utilidade pública o "Conselho de Proteção ao Menor da Comarca de Marilândia do Sul, o qual convertido em Lei, tomou o nº 8.962. Anote-se. Arquite-se.

186/88: de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Mestres da Escola Polivalente - Ensino de 1º Grau", com sede e foro no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei, tomou o nº 8.963. Anote-se. Arquite-se.

189/88: de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de utilidade pública a "Associação de Moradores da Vila Dal'Col, com sede e foro na Município de Ponta Grossa, o qual, convertido em Lei, tomou o nº 8.964. Anote-se. Arquite-se.

191/88: de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que reconhece de utilidade pública a "Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Santa Cruz", sediada no Município de Capanema-Paraná, o qual convertido em Lei, tomou o nº 8.965. Anote-se. Arquite-se.

322/87: de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", com sede e foro no município de Atalaia-Paraná, o qual convertido em Lei, tomou o nº 8.966. Anote-se. Arquite-se.

38/89: de autoria do Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHEITI, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Empresário FERNANDO CAMPINHA GARCIA CID, o qual convertido em Lei, tomou o nº 8.967. Anote-se. Arquite-se.

68/89: do TRIBUNAL DE CONTAS, que dispõe sobre a tabela de vencimentos dos membros do Corpo Especial e da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado e adota outras providências, o qual convertido em Lei, tomou o nº 8.968. Anote-se. Arquite-se.

Ofício:

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Esta-

dual que este subscreve, informa nos termos da lei, à egrégia Assembléia, que sairá do País entre os dias 28 de abril e 14 de maio. Estará em cumprimento de missão parlamentar, a pedido do Diretório Nacional do Partido Democrático Trabalhista - PDT -, como representante do Doutor Leonel Brizola, na delegação da Internacional Socialista que vai observar as eleições Presidenciais daquele país vizinho, Paraguai.

Informa, outrossim, que receberá na ocasião, em nome do PDT, partido membro da Internacional Socialista no Brasil, Parlamentares liderados pelo Secretário Geral da I. S. Luís Ayala, vindo de Londres; a Senadora espanhola Helena Flores; a Senadora norte americana Rita Freeman; três Parlamentares franceses representantes do Presidente François Mitterrand e dois Parlamentares ingleses do Partido Trabalhista, com assento respectivamente à Câmara dos Comuns e à Câmara dos Lords.

Para tal, faz, na forma da Lei, a devida comunicação, para ser lida em plenário.

Sala das Sessões, em 02.05.89.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 739

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 271/86, que dispõe sobre a criação do município de PINHAIS.

Sala das Sessões, em 02.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 744

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo art. 110 do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o adiamento de discussão e votação, para o Projeto de Lei nº 90/89, bem como o cancelamento do regime de urgência.

Sala das Sessões, em 02.05.89.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO Nº 733

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução nº 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 02.05.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

REQUERIMENTO N° 732

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, REQUEREM no uso de suas atribuições, voto de pesar pelo falecimento do Ex-Deputado Constituinte Dr. José Alves Bacellar, falecido nesta madrugada, assim como um minuto de silêncio durante a sessão de hoje em homenagem à memória do ilustre extinto.

Sala das Sessões, em 02.05.89

(aa) ANIBAL KHURY
ANTÔNIO ANNIBELLI
CAÍO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O Dr. José Alves Bacellar, foi Deputado Constituinte de 47 a 50 com atuação das mais brilhantes. Bacharel em ciências jurídicas e sociais.

Durante sua vida pública ocupou cargo de promotor público nos municípios de Cambará e Sertãozinho com o mesmo talento de Constituinte.

Merece a nossa homenagem este homem que lutou pelas causas públicas, escreveu vários trabalhos jurídicos, publicados em livros e jornais. Não merece ser esquecido aquele que se dedicou com ardor à comunidade.

REQUERIMENTO N° 734

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, SOLICITA, após ouvido o Plenário, a consignação de voto de louvor ao jornal "Folha de Londrina", pela iniciativa de reportagens sobre segurança no trânsito e nas estradas. As matérias vêm sendo publicadas desde o início desta semana e fazem parte, segundo a direção do jornal, de uma campanha bem mais ampla, que engloba um plano de prestação de serviços à comunidade durante todo este ano, já cognominado de "O ano brasileiro de segurança no trânsito."

As reportagens da "Folha", integrando a série "303 Trânsito" nos mostram a dura realidade da verdadeira guerra instalada nas estradas brasileiras. A falta de conservação, a má sinalização e às vezes a imprudência de motoristas está fazendo mais vítimas que uma guerra declarada.

Alguma coisa precisa mudar no trânsito. É a iniciativa da "Folha de Londrina" procura justamente a discussão de soluções para o problema. Os absurdos números de vítimas do trânsito não podem aguardar providências a longo prazo. Eles precisam ser analisados já. E o governo também deve participar da busca de soluções imediatas. Sob pena de a guerra não declarada virar uma tragédia nacional.

A "Folha", com mais esta iniciativa, dá mais uma demonstração de estar ao lado

da comunidade, apontando problemas que atingem a todos. E procurando, com isso, as soluções.

Sala das Sessões, em 02.05.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 735

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de louvor à Revista "Aqui Sudoeste" de Francisco Beltrão, pelo lançamento de seu primeiro exemplar em abril de 1989.

Requer-se seja dada ciência do conteúdo deste requerimento a todos os editores, cuja nominata e endereços, integram este requerimento.

Sala das Sessões, em 02.05.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Todo o lançamento é motivo de comemoração; é esperança, traz o sentimento de que todos estamos melhorando, nos aprimorando um pouco mais. Neste que, entendemos ser o mais completo e mais mental de todos os veículos de comunicação, onde lidamos com os sinais que nos distinguem e fazem com que nos afastemos cada vez mais dos animais, nos consagrando como seres pensantes, os únicos deste Planeta e quem sabe deste universo com linguagem e escrita própria.

Não vamos falar de dificuldades na sua execução e choradeiras do gênero. Vamos falar da alegria em tentar apresentar um bom trabalho, que esperamos à altura do povo laborioso desta região. Vamos falar da nova oportunidade de todos os interessados em manifestarem sobre o que julgam mais importante em suas vidas, e, de nossas vidas.

Queremos dizer, ainda, que esta Revista procurará refletir as mais diversas correntes do pensamento sudoestino, procurando retratar os fatos e pessoas mais importantes dos 30 municípios que compõem o sudoeste, o BRAVO SUDOESTE.

PARABÉNS "AQUI SUDOESTE."

REQUERIMENTO N° 737

Senhor Presidente:

O Sr. Geraldo Pastana, ex-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Diretório Municipal do PT de Santarém e ex-Presidente do Diretório Regional do Pará, do mesmo Partido, atualmente exerce o mandato de Vereador e o cargo de Líder partidário na Câmara Municipal de Santarém-PA.

Trata-se de uma liderança dos trabalhadores, reconhecida nacional e internacionalmente.

A sua atuação na defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores, como a to-

dos que se dispõem a cerrar fileiras nesta luta, tem-lhe causado sérios dissabores. Recentemente ele foi ameaçado de morte, e sua casa tem sido vigiada por desconhecidos e seu automóvel seguido desde meados de janeiro. As polícias Civil e Federal naquele Estado já foram procuradas. A primeira argumentou que não tem estrutura para dar segurança ao Vereador e que ele é quem deve se cuidar. A Polícia Federal argumentou que só pode agir mediante "orientações superiores". Vale dizer, nada fizeram no sentido de prevenir possivelmente mais um assassinato.

O Brasil, muito menos os trabalhadores brasileiros, não precisam de heróis. Necessitam sim de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres. A consciência de cidadania é fundamental para o desenvolvimento do País. E, enquanto as autoridades não tomam as devidas providências, tais consciências estão sendo dizimadas de norte a sul do Brasil, sob a impunidade rotineira.

O sangue de valorosos cidadãos brasileiros, definitivamente, não pode mais embeber a terra que sustenta a todos. Ou o Brasil toma consciência da gravidade da verdadeira guerra civil não declarada existente no campo, ceifando a vida de trabalhadores rurais, lideranças populares e sindicais, padres advogados e Parlamentares, ou será permanentemente manchete nos principais meios de comunicação social do mundo, como responsável por esta bárbara violência, como a "terra de Chico Mendes".

Diante do exposto, este Parlamentar, REQUER, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente aos Exmos. Senhores José Sarney, Presidente da República; Oscar Dias Correa, Ministro da Justiça; Hélio Gueiros, Governador do Estado do Pará, Mário Malato, Secretário da Segurança Pública do mesmo Estado, solicitando providências urgentes no sentido de se evitar que mais um brasileiro tombe na luta pelos direitos dos trabalhadores, na luta pelos direitos humanos.

Ao final, requer, que cópia deste expediente seja enviada ao Diretório Municipal do PT, à rua Haroldo Veloso, 893, bairro Prainha, 68.100 - Santarém - PA.

Sala das Sessões, em 02.05.89

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO N° 742

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando informações sobre os aeroportos em que serão efetuados trabalhos de reparo e manutenção do

equipamento de balizamento noturno, constando do Orçamento do Estado para 1989, no código 4503.16935761.088.

Sala das Sessões, em 02.05.89

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 743

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, solicitando a devida agilização da documentação necessária à desapropriação da área denominada Chopim II, fração B, objeto do Processo n° 32/87, no município de Mangueirinha-PR.

Sala das Sessões, em 02.05.89

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 738

Senhor Presidente:

A Lei n° 8.917, de 16 de dezembro de 1988, aprovada por esta Casa Legislativa, instituiu o Fundo de Desenvolvimento Urbano-FDU, com a finalidade de assegurar o desenvolvimento urbano das cidades paranaenses e, assim, atrair investimentos.

O Fundo seria constituído de recursos provenientes do retorno dos subempréstimos do PRAM, dos municípios e do Tesouro do Estado, de empréstimos externos, entre outras fontes.

Em seu artigo 5°, a referida lei autorizou o Poder Executivo a aprovar, por decreto, a regulamentação do FDU, no prazo de noventa dias a contar da publicação da mesma. Até o presente momento o Executivo, passados cento e quarenta e cinco dias da vigência da lei, não a regulamentou.

Diante deste fato, REQUEIRO, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador, Álvaro Dias, solicitando informações sobre os seguintes quesitos:

1) Qual é o saldo atual do Fundo de Desenvolvimento Urbano-FDU? Quais as fontes dos referidos recursos?

2) Existe algum projeto de financiamento externo, aprovado ou em andamento, para prover o Fundo? Qual o montante e a entidade financiadora?

3) Qual o motivo da não regulamentação prevista na Lei n° 8.917/88?

Sala das Sessões, em 02.05.89

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO N° 745

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia que se digne a solicitar do Poder Executivo as seguintes informações:

1) Os jornalista Nuevo Baby, Geraldo Sorotiuk, Marisa Villela, e o secretário

geral do PMDB Luiz Cláudio Romanelli ainda são servidores públicos estaduais?

2) Se são, qual missão cumpriam, no interesse do Estado, em Assunção do Paraguai, de 1º a 27 de abril do corrente ano, pois a portaria do Hotel Guaraní da referida capital, pelo telefone (0059521)91131, informava a este Deputado que os mesmos ocupavam as habitações nº 909 (Marisa Villela), nº 1217 (Luiz Cláudio Romanelli), nº 1216 (Geraldo Sorotiuk). O mesmo telefone elucidou que o Senhor Nuevo Baby esteve hospedado no Hotel Guaraní até o dia de ontem (26 de abril).

3) Foram autorizados para tal, por portaria, designação de missão diplomática ou governamental, ou gozam de férias ou licença?

4) O Secretário de Estado da Comunicação também goza de pedido de férias ou de licença, ou cumpre missão especial no Paraguai com conhecimento e autorização governamental?

5) Os mesmos funcionários, não estão em gozo de licença ou férias, receberam integralmente os seus vencimentos no mês de ausência? com qual justificativa?

Com endosso do Senhor Governador e do Secretário da Administração?

Sala das Sessões, em 02.05.89

(a) RAFAEL GRECA.

JUSTIFICATIVA:

O grave momento nacional, as obras paradas em todo o Estado pelo menos 7 rodovias estaduais, a captação de água do rio Passaúna em Curitiba, a captação de água emergencial do rio Tibagi para Londrina e Cambé e as infinitas carências de toda a população, sofridas e conhecidas, as greves reivindicatórias de reposição salarial do BANESTADO, da SANEPAR, da COPEL, a ameaça de "veto por falta de recursos" à reposição salarial do funcionalismo aprovada por esta egrégia Assembléia, a crise com a magistratura por "falta de recursos para atender às demandas e a independência necessária do Poder Judiciário", recomendam SERIEDADE.

O Excelentíssimo Sr. Governador Álvaro Dias, na sua cruzada para se afirmar como candidato presidencial do PMDB, tem reiterado sua pregação de "AUSTERIDADE", tentando com isto livrar-se do "cheiro de Sarnay que todo o PMDB exala" (apud jornalista Ricardo Noblat na imprensa nacional recente).

Em nome da AUSTERIDADE E DA SERIEDADE, e no INTERESSE PÚBLICO SOMOS LEVADOS A PERGUNTAR O ANTERIORMENTE FORMULADO também com fundamento na seguinte coletânea de informações de imprensa:

Os Jornais da cidade de Assunção, a saber, "ABC COLOR", e "EL DIÁRIO", e os jornais nacionais "JORNAL DO BRASIL", "FO-

LHA DE SÃO PAULO", "JORNAL DA TARDE", "FOLHA DE LONDRINA", "O ESTADO DE SÃO PAULO" e "INDÚSTRIA E COMÉRCIO", (de Curitiba), tem veiculado constantes notícias sobre a presença de funcionários da Secretaria de Comunicação Social do Paraná na campanha presidencial situacionista do General de exército Andres Rodriguez, ex-homem forte do generalíssimo Stroessner, e que o depôs no último Carnaval.

Na noite da última quarta-feira, dia 26 de abril, em programa jornalístico, retransmitido pela TV Curitiba, canal 2, a editora da respeitável TV Cultura de SP informou textualmente a presença de "paranaenses no comando da campanha do General Rodriguez, e mostrou, - possivelmente equivocado o Coordenador da Campanha oficialista do Paraguai dizendo estar presente "(...) En Assunpción, el secretario de Cultura del Paraná (...)" . Quando, sabemos, no mesmo dia o Secretário René Dotti assumia as elevadas funções de Coordenação do Conselho Penitenciário Nacional, em Brasília.

O equívoco ocorreu porque o "Jornal da Tarde", em 10 de abril passado, publicou nota sobre "incidente diplomático provocado pelo Senhor Fábio Campana, Secretário paranaense de Comunicação Social que, segundo o jornalista paulista, "(...) manteve encontro pessoal com o General Andres Rodriguez, sem comunicar sua presença em terras paraguais à Embaixada brasileira em Assunção (...)" .

O jornal "ABC COLOR", de Assunção, além de publicar foto dos funcionários paranaenses, na sua edição de 20 de abril último, diz textualmente:

"(...) Sin embargo, es visto muy asiduamente, en compañía del funcionario de la Secretaria de Comunicaciones de Paraná, Geraldo Tseratiuk (sic); Marisa Villela, Periodista e Funcionaria de La Secretaria de Comunicaciones Del Estado Del Paraná e Luiz Cláudio Romanelli, Secretaria Del PMDB do Paraná."

O jornal "El Diario" indaga: "HAY O NO HAY BRASILEÑOS?" E menciona os nomes de "(...) assessores brasileiros especialistas en propaganda política, Paulo Vítola, Solda, e Fábio (sic) CAMPANA".

Já o jornal "ABC COLOR" menciona versão de que o custo da campanha dos brasileiros seria de US\$ 600 mil - isto é um milhão e duzentos mil cruzados novos.

Há ainda a informação já mencionada, colhida por este Deputado de que, na manhã deste dia 27 de abril, Marisa Villela, Geraldo Sorotiuk, e Luiz Cláudio Romanelli, ocupavam "las habitaciones números 909, 1216 e 1217, respectivamente", e que "el señor Nuevo Baby, salió ayer", isto é, "deixou o hotel ontem". No mesmo dia de hoje, telefonei ao Palácio Iguazu, pergun-

tei pela senhorita Villela, pelo senhor Sorotiuk, e pelo senhor Baby, e recebi as seguintes respostas: "Marisa não está"; "Geraldo está viajando, volta semana que vem". O mesmo Hotel Guarani ainda me informou que as diárias do apartamento custam US\$ 47.

Nada temos contra o progresso profissional das referidas pessoas, no entanto, pelos precedentes de escândalos que "espantaram até o atual Governador", como o do "Banco del Paraná", e em nome da austeridade e da seriedade, temos o dever de indagar esclarecimentos às gravíssimas denúncias formuladas pela imprensa.

Há uma certa consideração "paranista" desta Assembléia quanto ao companheirismo e engajamento de membros do governo na pré-campanha presidencial do Governador licenciado Alvaro Dias. A recíproca não é necessária, nem moral, nem justificável no caso de uma campanha no Paraguai, que, ao nosso ponto de vista, é um referendo de continuísmo.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 101/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação dos Empregados da Mineropar - ASSEMIN", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.05.89

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

A "Associação dos Empregados da MINEROPAR - ASSEMIN", fundada em 14 de junho de 1982, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, constituída por tempo indeterminado, que tem por finalidade congregar os empregados da "Minerais do Paraná S/A", que tem os seguintes objetivos: congregar os empregados da Minerais do Paraná, desenvolvendo o espírito associativo entre os mesmos; representar o corpo de empregados da MINEROPAR, nas suas reivindicações perante as instituições de direito público e privado, dentro dos objetivos de seu Estatuto, manter e desenvolver atividades de natureza sócio-cultural recreativa e desportiva, visando ao bem-estar e ao conagraamento dos associados, prestar assistência financeira aos associados, já efetivados como empregados da Mineropar, conforme regulamento interno; cumprir seus objetivos sem vinculações político-partidárias, coope-

rar a estabelecer intercâmbio com entidades congêneres, visando os interesses dos associados; dentre suas atividades destacamos a promoção de encontros de confraternização de associados, assistência financeira e social, promoção de competições esportivas, apresentação de filmes, e, finalmente representar os interesses da coletividade perante a MINEROPAR.

A ASSEMIN, de acordo com seu Estatuto cumpre as exigências legais necessárias para almejar tal intento.

PROJETO DE LEI Nº 102/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao senhor Olavo Godoy.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.05.89

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

Olavo Godoy é um típico fazendeiro pioneiro, de 63 anos de idade, paulista da cidade de Campinas, defensor do Santurário que se denomina "Mata do Godoy". Visa ele, com isto, proteger o território paranaense, que tem sofrido perdas irre recuperáveis das suas florestas, quando da construção de usinas hidrelétricas, sem que sejam de alguma maneira substituídas.

São 200 alqueires de mata virgem que se constituem em uma das maiores riquezas daquela região. Têm sido realizadas pesquisas, pelas universidades de Maringá e Londrina, possibilitando aos estudantes de Biologia, um contato com a floresta, legítima mata tropical Atlântica, merecedora de estudos e preservação.

A matéria publicada pela revista Eureka, nº 02, em abril de 1986, que apresentamos em anexo, vem comprovar decididamente a real necessidade de preservarmos tal região e homenagearmos a pessoa responsável pela criação deste refúgio, um dos últimos do Norte do Paraná.

Por estas razões, solicitamos aos nobres Pares o apoio ao presente projeto, como também sua posterior aprovação.

A presente proposição de entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Olavo Godoy se justifica face aos serviços que tem prestado ao Paraná, sendo também sua família responsável pela preservação da "Mata do Godoy".

A referida Mata se localiza na Fazenda Santa Helena e se constitui no mais importante santuário ecológico da região Norte do Paraná.

Justifica-se tal proposição como reconhecimento de um trabalho em prol da natu-

reza de nosso Estado. Muitas foram as dificuldades e riscos enfrentados pela família, desde 1923 até a presente data.

Apresentaremos a seguir, com cópia em anexo, uma entrevista com o proprietário principal responsável pela manutenção da "Mata de Godoy", Senhor Olavo Godoy, como forma de conservar a mesma beleza de expressões utilizadas pelo mesmo, quando descreve sua história, sua vida e seu envolvimento com a mata.

PROJETO DE LEI Nº 103/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica instituída como reserva ecológica, por seu valor como floresta natural, cuja proteção e preservação se impõem, bem como por seu interesse turístico, área de 279,2156 alqueires (duzentos e setenta e nove vírgula dois mil cento e cinquenta e ² seis alqueires), ou 6.757.017,55 m. (seis milhões, setecentos e cinquenta e sete mil e dezessete, vírgula cinquenta e cinco metros quadrados), parte da denominada Fazenda Santa Helena, sita no município de Londrina, com as seguintes divisas e confrontações: iniciando em um marco de madeira, cravado na margem esquerda do Ribeirão dos Apertados, segue confrontando com terras de Arnaldo Alves de Camargo, no rumo SW 04°00' NE, medindo 1.360,00 m., até um outro marco; deste ponto, confrontando com parte do lote nº 23, nos seguintes rumos e distâncias: SE 89°00' NW, atravessando a Rodovia, medindo 840,00 m., até um outro marco; no rumo SW 04°15' NE, medindo 334,00m., NE 89°00' SW, medindo 382,00 m. NW 00°45' SE, medindo 130,00'm., NE 89°25' SW, medindo 290,00m. SW 01°10' NE, medindo 990,00 m., NE 52°10' SW, medindo 490,00m., NE 73°30' SW medindo 360,00., até um outro marco; deste ponto confrontando com o lote nº 19, nos seguintes rumos e distâncias: NE 85°10' SW, medindo 208,00m., NE 13°35' SW, medindo 905,00 m., e rumo SE 78°00' NW, medindo 1.549,00 m., até um outro marco cravado na divisa da Fazenda Bulle, quinhão 34; deste ponto, confrontando com terras da referida Fazenda, no rumo NW 06°00' SE, medindo 390,00 m., até um outro marco; deste ponto, confrontando novamente com o lote nº 23, nos seguintes rumos e distâncias: NW 45°40' SE, medindo 330,00m., SW 27°00' NE, medindo 350,00 m., NW 30°40' SE, medindo 120m., SW 77°28' NE, medindo 230,00 m., SW 41°28' NE, medindo 70,00 m., NW 82°32' SE, medindo 90,00m., NE 25°00' SW, medindo 170,00 m., NE 83°50' SW, medindo 125,00 m., NE 06°58' SW, medindo 341,00m., e SW 65°20' NE, medindo 500,00 m., até um outro marco cravado na margem esquerda de um córrego; deste ponto, descendo pela sua

margem esquerda até onde o mesmo deságua no Ribeirão dos Apertados, acima mencionado, até o ponto onde deu origem a esta descrição, tomado como ponto de partida.

Artigo 2º- É declarado de Utilidade Pública o imóvel descrito no artigo 1º, na forma do disposto no artigo 153, § 22, da Constituição Federal, combinado com o contido no artigo 5º, K, do Decreto-Lei nº 3.365/1941, cabendo, desta sorte, ao Poder Executivo, proceder à sua desapropriação, uma vez que se encontra sob domínio particular.

Artigo 3º- Dita área de terras passará a se constituir num parque florestal e a ser protegida na forma do estabelecido no artigo 1º, itens II, III e VI, da Lei Federal nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, qual seja:

- I - como reserva ecológica;
- II- por ser área destinada à proteção dos recursos naturais renováveis;
- III- como localidade e acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas e do lazer.

Artigo 4º- Além da preservação da floresta natural existente por seu valor ecológico e para pesquisa científica, serão instalados no imóvel, em locais a serem designados por ato do Poder Executivo;

- I - a sede do parque florestal;
- II- um museu da flora e da fauna;
- III- viveiros de peixe;
- IV- locais adequados à prática de atividades recreativas, desportivas e de lazer, bem como toda a infra-estrutura para tanto necessária.

Artigo 5º- A segurança do parque florestal será garantida por um destacamento de Guarda Florestal, a ser especialmente criado e designado para tanto.

Artigo 6º- As disposições administrativas necessárias ao cumprimento do contido nesta lei serão especificadas através do Decreto, a ser baixado no prazo de ... dias, contados da data de sua publicação.

Artigo 7º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.05.89.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

A referida área, também denominada "Mata do Godoy", se constitui de 279 alqueires de mata virgem, preservada pela consciência de uma família que desde 1923,

protege a área dos predadores.

A iniciativa histórica da família Godoy, merece ser reconhecida como um patrimônio para o Paraná do futuro.

A depredação pura e simples de nossas matas, hoje consideradas verdadeiras "ilhas" em extinção, precisa ter um paradeiro.

O Estado deve reconhecer a "Mata do Godoy" como reserva ecológica, visto que caso isto não ocorra, a Mata será futuramente subdividida entre os herdeiros indiretos. O Estado tem condições de prover a área como policiais florestais, além de propiciar melhor conhecimento sobre nosso ecossistema. Exemplo disso é a preocupação de técnicos, professores e estudantes da UEL, que fazem da mata um verdadeiro laboratório de observação, onde se encontram espécimes vegetais e animais já extintos em todo o Estado.

Em resposta ao desmatamento desenfreado, a natureza se encarrega de devolver a violência sofrida dia-a-dia pela ganância do homem. O solo do Paraná, tão fértil e produtivo, enfrenta hoje alguns problemas, fruto de irracionalidade e inconsciência dos exploradores e governantes, como erosão, seca, inundações, entre outras calamidades. Se ao contrário, desde a colonização, houvesse a preocupação com o meio ambiente, "é quase certo que hoje estaríamos produzindo bem mais e principalmente alimentos de melhor qualidade".

A "Mata do Godoy", precisa ser preservada. Atualmente a família paga anualmente impostos altíssimos pela área verde, visto ser considerada área improdutiva. Neste ano o montante dos impostos sobre a mata chegou à cifra absurda de CZ\$ 437.000,00 (quatrocentos e trinta e sete mil cruzeiros).

É este o central da questão. "Em 1980, num momento de revolta, Olavo Godoy, proprietário e Senhor da Mata, ergueu a voz e ameaçou derrubar a mata em protesto contra o aumento dos tributos que a lei o obriga a pagar. E ele tinha motivo para destilar seu ódio. O Código Florestal exige que as propriedades rurais tenham ao menos 20% de sua área destinada a matas, lei frequentemente desrespeitada. Mas ao mesmo tempo, existe outra lei que tributa terras improdutivas. Fogo cruzado. Num exemplo de grandes incoerências, as leis tupiniquins exigem preservação de matas, mas cobram altos impostos sob a alegação de que estas terras nada produzem."

O Paraná sempre tem aberto mão de interesses paranistas para propiciar a Nação como um todo. O fato de 5% de terras agricultáveis do Paraná estarem submersas ou que foram levadas pelos rios represados das hidrelétricas exige um retorno. Ainda mais se considerarmos que a previsão dos

técnicos é que muitas destas represas serão inviabilizadas dentro de 70 anos.

E o Paraná, como fica? Como ficam os insolúveis problemas sociais que tais desapropriações causaram?

A "Mata do Godoy" instituída por esta Casa de Leis como reserva ecológica, vem responder a uma ansiedade compartilhada pelo povo do norte do Paraná, pelas entidades preservacionistas, pela família Godoy. A última tentativa de se resolver de vez a questão foi em 1983, quando o Governador Hosken de Novaes autorizou a criação de uma comissão encarregada de estudar todos os aspectos técnicos para a compra da referida área, mas nada foi resolvido. A família Godoy, até mesmo já cogitou doar a referida área para a UEL (Universidade Estadual de Londrina), mas sobre esta hipótese Olavo Godoy responde categoricamente com alguns questionamentos que concordamos: "Vamos pensar com bom senso: é justo que eu dê a mata? Dar de presente uma coisa que custou a minha vida?"

Porém, a cada dia que passa, sentimos o quanto é indispensável preservar a vida verde em nosso Estado. A "Mata do Godoy" é uma contribuição natural a todos os paranaenses, portanto deve ser propriedade do Estado, dos paranaenses. As gerações futuras, com certeza, saberão valorizar o exemplo de uma família preocupada com a preservação da vida animal e vegetal, e o governo do Paraná que através de seus representantes na Assembléia Legislativa, aprovam tal projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 104/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - É concedido o Título de Cidadã Benemérita do Paraná à Pastora Odá de Castro Pessanha, pelos seus relevantes serviços prestados à comunidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 02.05.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A Pastora Odá de Castro Pessanha é uma das mais notáveis personalidades nas áreas religiosa e social.

Com seu desempenho vibrante na pregação do evangelho e com sua consagração lidera a 3ª Igreja do Evangelho Quadrangular de Curitiba, com mais de 2.000 membros, e milhares de brasileiros, como integrante do Conselho Nacional de Diretores da referida organização, uma das mais expressivas da Nação.

A pastora Odá, nascida em Curitiba em 08 de janeiro de 1.933, filha do inesque-

cível Reverendo Mariano Rodrigues de Castro, desde a sua juventude tem sido um exemplo de fé no enfrentar desafios.

Em 1.964 assumiu a função de co-pastor da 3ª Igreja do Evangelho Quadrangular, exercendo-a até 1.970, atuando primeiramente ao lado de seu pai, mais tarde do seu irmão Reverendo Raul Rodrigues de Castro.

No ano de 1.970 assumiu a titularidade daquela obra, tendo construído no bairro Água Verde, um dos mais belos e maiores templos da Capital do Estado.

Além disso, exerceu com invulgar brilhantismo, de 1.970 a 1.972 a função de coordenadora nacional dos Grupos Missionários de Senhoras da Igreja do Evangelho Quadrangular e de 1.968 a 1.982 o Magistério, como Professora Titular do Instituto Bíblico Quadrangular, em Curitiba.

Voltada à busca e a apresentação de soluções, não somente em particular ou em recintos em que reúnem algumas ou milhares de pessoas, ergue sua voz pastoral, mas também, através do rádio, sendo o programa que dirige um dos de maior audiência.

Muito poderia ser acrescentado nesta justificativa, diante dos inúmeros e notórios feitos de sua vida. O exposto, porém, já demonstra o grande valor da mulher que merece o reconhecimento do seu Estado, com a concessão do Título ora proposto.

O município de Curitiba, aliás, já agraciou com o Prêmio de Curitiba "pelo destaque alcançado no ano de 1986", por iniciativa do então Vereador Santiago Losso, conforme Lei nº 6977, de 21 de abril de 1.987.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Fim da leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados; há uns tempos atrás soubemos pela imprensa da aplicação de vultoso valor de dinheiro público no malfadado Banco chamado PRODUBAN, o Banco das Alagoas, o Banco do Sr. Fernando Collor de Mello, que fala em transparência, em moralidade, que se diz caçador de marajás, e esqueceu de caçar os incompetentes do Banco de Alagoas que administravam aquela instituição, esqueceu de caçar os incompetentes do Estado do Paraná, que aplicaram pouco antes da queda do PRODUBAN a pequena importância de 6 milhões, 233 mil cruzados novos. Seis milhões, 233 mil cruzados novos! Dinheiro do BRDE do Paraná, mal aplicado numa instituição financeira. Aliás, é oportuno lembrar, os dois governadores que se intitulam os caçadores dos

corruptos, dos marajás, os homens que apregoam a transparência, a moralidade, e esta desgastada palavra "modernidade". É moderno deixar 6 bilhões expostos na mão de meia dúzia de bandidos, para não tecer um elogio mais qualificado? É moderno, ao se verificar tamanho rombo, tamanha incompetência, na administração do dinheiro público e nada acontecer? Afinal, os diretores do BRDE, da facção, é este o termo, da facção do Paraná, foram indicados pelo Governador do Estado do Paraná, Álvaro Dias. E o que mais surpreende, é que continuam, na gestão do BRDE, depois do que aconteceu. E esta questão da modernidade, da moralização, que se transforma em programa nacional de governo e que faz, lamentavelmente, revitalizar, até, as esperanças da juventude, como se a moralização fosse alguma coisa que se implanta através de um programa de governo e não se herda no seio da família, nos conceitos éticos do que deva ser a política.

Faz-se agora, desse tipo de discurso; a tábua de salvação da pátria. E ao par disso, desse discurso enganador, existe um discurso mais perigoso que é o discurso do terrorismo praticado às 3:20 horas da madrugada de hoje, contra o monumento inaugurado ontem às 7:00 horas da noite, testemunhado por 7 mil metalúrgicos em Volta Redonda, desenhado pela mão livre do arquiteto Oscar Niemeyer homenageando os três metalúrgicos assassinados durante a greve do ano passado.

Oito horas e vinte minutos depois, pelo terrorismo se destruiu aquilo que se pretendia perpetuar: a homenagem pelos mortos, pela luta sindical e pelo direito da greve e seu salário justo.

Um discurso vazio que esparrama esperança, uma esperança que vai morrer logo, porque é o discurso sem uma prática consistente, contra o discurso da violência. E no meio desses dois discursos se perpetua a ação dos governantes que se omitem quando 6 bilhões de cruzados são mal aplicados. E hoje, vamos aprovar aqui, em redação final, um irrisório aumento ao funcionalismo público. E fatalmente virá à memória de novo aquela justificativa de que não há caixa, de que não há dinheiro.

Há dinheiro para se fazer, através de um decreto do dia 11 de abril, decreto nº 48/88, a abertura de um crédito no orçamento geral para a Secretaria de Comunicação Social no valor de 1.408 milhões de cruzados ou, como querem na linguagem mais moderna, 1.408 mil dólares. Mas, não há dinheiro para os míseros 39% para o funcionalismo, mas há dinheiro para o PRODUBAN de Alagoas.

São dois discursos, são dois comportamentos, são duas atitudes. É moderno, sim. É moderno falar isso na televisão. É mo-

dermo fazer propaganda da FASPAR, como eu vi ontem à noite, de um minuto e tanto e dizer que a FASPAR atendeu 3 milhões e 200 mil paranaenses. 50% do povo paranaense foi atendido pela FASPAR. É possível isso, Srs. Deputados? Dá para aceitar essas estatísticas mentirosas quando os Srs. sabem e são testemunhas e o Deputado Alborghetti é testemunha porque vive lutando por verbas para comprar aparelhos auditivos e cadeiras de rodas para os deficientes. Mas, as estatísticas oficiais do Governo dizem que 50% dos paranaenses foram atendidos. No entanto, 6 bilhões estão agora sob o crivo do Tribunal de Contas do Estado. É o Tribunal de Contas que quer saber alguma coisa sobre isso. Seria bom que o Tribunal de Contas soubesse, porque através dele nós saberíamos listado pelo Governo do Estado os 3 milhões e 200 mil paranaenses atendidos. Porque o dado é impressionante, Srs. Deputados. É um dado que realmente nos curva ante a ação social do Governo. E porque então não se divulgar cada beneficiado? Qual o benefício e o valor correspondente?

Esses 3 milhões e 200 mil paranaenses precisam ser identificados. Esta é uma estatística que não pode ficar apenas na televisão. Deverá ser divulgada em todos os recantos. E aqui fica uma sugestão: que o Governo, ao elaborar a lista, o faça por município e por microrregião, e nós teremos mais facilidade de chegar lá e cumprir os beneficiados, porque são 50%. É um número maior do que todos os eleitores do Paraná. Mas, estava falando dos 6 milhões. Sabem o que na 5ª Inspeção de Controle Externo, do Tribunal de Contas do Paraná, quer saber? Pede, e assinado por três técnicos do Tribunal, José Gafarelli, Edgard Guimarães e Roberto Rüppel, nos seguintes termos:

"Senhor Superintendente:

De conformidade com o disposto no § 1º, do Art. 10 do provimento nº 1/87 deste Tribunal, passo às mãos de Vossa Excelência, a fim de ser iniciado processo de impugnação a documentação compilada por esta Inspeção, referente à irregularidade encontrada no mês de novembro de 88, atinente ao não resgate, no prazo determinado de recursos financeiros aplicados em CDI e CEB, pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, agência de Curitiba, no Banco do Estado de Alagoas, no valor de seis milhões, 233 mil cruzados novos. Posição esta registrada em 16 de novembro de 88, conforme consta no Relatório de Auditoria Interna, nº 377, às folhas 7, data em que foi decretada a liquidação extrajudicial da referida entidade.

Assinado: Emanuel Silveira Moura

Inspetor de Controle Externo."

Este ofício do dia 3 de março de 1989,

dirigido ao Dr. João Olivir Gabardo, digníssimo Superintendente da 5ª Inspeção de Controle Externo. Anexo está o documento de apreciação técnica de que fala o referido ofício.

Mas, antes de adentrar nisso, eu gostaria de conceder o aparte ao ilustre Deputado, Líder do Governo, Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista - Deputado Nereu Massignan, eu acompanho o pronunciamento de Vossa Excelência, e em determinado aspecto até posso concordar, mas, ao mesmo tempo gostaria de questionar se Vossa Excelência conhece algum Governo, ou conheceu algum Governo até agora que não tenha propalado, que não tenha divulgado o que fez, o que está realizando e o que pretende realizar.

Eu já estou aqui nesta Assembléia, pela terceira vez consecutiva, ou seja pelo terceiro mandato e me lembro que peguei um pedacinho, no início do meu mandato, do Governo Jayme Canet; logo após, Governo Ney Braga; Hosken de Novaes; José Richa; João Elísio Ferraz de Campos; e, agora, o Governador Álvaro Dias, e confesso que nunca vi, Governo nenhum, esconder as suas realizações, esconder aquilo que pretende realizar, esconder a informação que a população precisa ter e precisa receber, permanentemente. Com relação à FASPAR, ao número divulgado que Vossa Excelência diz ser um número falso, um número mentiroso, usando a palavra de Vossa Excelência...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Um número exagerado.

O Sr. Nestor Baptista - ... eu quero dizer que mais de 200 municípios do Paraná foram atendidos pelo Projeto Gralha Azul, que não tem uma por uma das pessoas que estão sendo atendidas, nominalmente, mas talvez até algum município por Vossa Excelência representado tenha recebido o Projeto Gralha Azul...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - É verdade, lá foi implantado o Projeto Gralha Azul.

O Sr. Nestor Baptista - E com muito sucesso, sem dúvida, na maioria dos municípios, porque obriga a comunidade a participar, e ao mesmo tempo, obriga a comunidade a cuidar de um bem que a ela pertence, porque na realidade é um bem público, construído com o apoio da população e o aval do Banco do Estado do Paraná. Então, nós sabemos perfeitamente que os números divulgados não trazem o nome de uma a uma das pessoas, mas trazem os municípios, as regiões, as comunidades que são atendidas e Vossa Excelência sabe muito bem e conhe-

ceu bem de perto, como conhece o companheiro, hoje Secretário, porém Deputado Rubens Bueno e conhece o trabalho que o Secretário vem realizando; tem tido uma preocupação extrema para atender a população do Paraná; se mais não tem sido feito neste Governo, é porque realmente a situação econômica deste País é delicada e a do Paraná não é diferente. Vossa Excelência, até ontem, convivia mais de perto conosco na mesma Bancada, inclusive como vice-líder Vossa Excelência teve uma conduta das melhores nesta Assembléia, exemplar, posso afirmar e não gostaria de ver partir da boca de Vossa Excelência de que o Secretário Rubens Bueno, que a propaganda realizada pela FASPAR é uma propaganda mentirosa e solicitaria até de Vossa Excelência tempo para lhe trazer aqui todos os dados, para que possamos, por que não cada um defendendo o seu Partido, as suas idéias, o seu posicionamento político, mas esclarecer devidamente à opinião pública.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Olha, o que me espanta, é o número, Deputado, nobre líder do Governo, Nestor Baptista, quanto à questão da publicidade todos os Governos fizeram isso e todos farão, mesmo porque a Constituição não proíbe isso, o que ela proíbe é a promoção pessoal, não pode mostrar o nome do Governante, não pode mostrar a face sorrindo ou triste do Governante. O povo paranaense por proteção Constitucional, não tem obrigação de saber o humor do Governante, se na propaganda ele está sorrindo, é sinal de que está alegre, mas se ele estiver com a cara fechada é sinal de que está de mal humor. O que é que tem que ver a sociedade paranaense com a propaganda do Governante? A sociedade quer e tanto é que estou usando os argumentos da publicidade sem a promoção pessoal, para que possamos até fiscalizar as ações do Governo. Não fosse essa publicidade na televisão, eu não estaria aqui questionando os números porque eu não saberia. Agora, o que não permitimos e o que não aceitamos e foi objeto de uma ação popular que eu fiz, é a promoção pessoal. Basta verificar em relação aos governos passados, o atual Governo em matéria de placas é o campeão absoluto, a cada quilômetro existe uma placa, em cada rodovia.

O Sr. Nestor Baptista - Mas não em matéria de gasto, Vossa Excelência estava conosco no Governo anterior também...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Mas eu não estou discutindo os gastos Excelência, eu estou dizendo que este Governo é campeão em placas.

O Sr. Nestor Baptista - Mas o mais impor-

tante Deputado são os gastos...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Inclusive em obras paralisadas.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência sabe muito bem o porquê das obras paralisadas.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Por quê? Eu não sei.

O Sr. Nestor Baptista - Basta olhar a economia Nacional, basta olhar as dificuldades do Estado, basta olhar a capacidade que tem hoje o Estado na sua arrecadação e o compromisso que tem com a despesa até de pessoal. Então nós sabemos perfeitamente, Vossa Excelência como um Deputado bem informado, também sabe.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Ao que me consta nobre Deputado Líder do Governo, as obras paralisadas que têm vinculação com o Governo Federal, havia um compromisso do Governador de apoiar o Presidente Sarney em cinco anos de mandato e a razão e a justificativa disso era que os programas do Estado não poderiam parar e agora vem Vossa Excelência como líder do Governo dizer que é uma crise econômica à nível nacional que não permite o andamento das obras.

Então, Vossas Excelências e eu inclusive que me rebelava contra os cinco anos, recebi esta justificativa do Governador, que era preciso dar cinco anos para Sarney, por que ele com isso ia viabilizar os seus programas; não viabilizou, porque lá na minha cidade, em Dois Vizinhos, tem um trecho de calçamento de seis quilômetros licitados em setembro do ano passado e não iniciado; tem Chopinzinho, tem Coronel Vivida, tem Marmeleiro, tem nas regiões onde tem pedra que tem esse programa, está tudo parado, projetos pequenos.

Tem a questão dos 21 minipresídios Deputado Alborghetti, que a justificativa era essa, cinco anos para Sarney e 21 minipresídios no Paraná. Agora, vem um projeto de lei aqui pedindo para vender o Ahú, para construir dois mil minipresídios; e a verba do Sarney foi aonde?

E o compromisso político? Que compromisso era este? Que argumentação falsa era esta?

Concedo o aparte ao nobre Deputado Valderi Vilela.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Nobre Deputado Nereu Massignan, Vossa Excelência traz hoje, sem sombras de dúvidas, um assunto que merece destaque nesta Casa. Falar em obras paradas do governo Álvaro

Dias. Quem visitar hoje o Paraná, verá que o Paraná, parou totalmente em função de um compromisso hoje negado pela própria cúpula do PMDB, do fechamento de questão, em relação ao apoio ao presidente Sarney; hoje, nobre Deputado, quando nós assistíamos ao programa "Bom Dia Paraná", nós víamos um dirigente partidário, um dirigente do PMDB, dizer que haviam se livrado do Sarney.

Ora, se há poucos dias o próprio PMDB confirmava a condição de presidente de honra do seu partido, S. Exa., o Presidente da República, hoje, eles querem mudar o discurso; querem dizer que, não têm vínculo com o Presidente Sarney. Eles não querem atribuir que foram traídos também, como foi a Nação brasileira, pelo próprio presidente de honra do seu partido.

Se as obras estão paradas no Paraná, faltam duas coisas, nobre Deputado, falta capacidade de administração, porque dinheiro existe, dinheiro, V. Exa., disse muito bem, aplicam até em Alagoas; tem dinheiro para tudo neste País, neste Estado; para comunicação social, então, nem se fale; dinheiro só não existe para pagar o funcionalismo e para fazer andar as obras do Paraná. Nesse trecho, nobre Deputado, V. Exa., não sei se costuma frequentá-lo, Ponta Grossa, Piraí do Sul; ali, há seis meses atrás houve um problema; seis meses para se consertar uma rodovia; existe um contorno na cidade de Bandeirantes, que a placa está tão velha, enferrujada, caída, e o contorno não passou de promessa reiterada há poucos dias, quando o Governador lá inaugurava uma agência do Banco do Estado.

A grande obra do Governador Álvaro Dias no município de Bandeirantes foi a inauguração de uma agência do Banco do Estado do Paraná, porque de resto, até hoje, a população está esperando.

O contorno, nobre Deputado, da cidade de Ibiporã continua parado. Dinheiro. A grande alegação é que não há dinheiro.

O grande caçador de marajás de Alagoas e do Paraná, continua dizendo uma coisa e praticando outra. Aonde estão os devedores? Qual a punição que houve com os devedores do Estado do Paraná, que até hoje não saldaram os seus compromissos?

Eu me lembro bem nobre Deputado, que o Deputado Nestor Baptista me cobrava em oportunidade anterior, que deveríamos denunciar quem não pagava, os sonegadores. Ora, a imprensa do Paraná e do Brasil ouviu muito falar de um grupo do Paraná, do grupo Attala, que iam executar, iam fazer isto, fazer aquilo.

E o dinheiro devido aos cofres públicos...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Ninguém es-

tá preso e a dívida não foi cobrada.

O Sr. Valderi Mendes Villela - ...não foi cobrada. Temos ainda, nobre Deputado, que este governo também não sabe arrecadar; por isto, é que pode alegar; não cobra de quem pode pagar e insiste em cobrar dos pequenos, que são mais fáceis de ser atingidos.

Por aí afora, nós vemos agora, ultimamente, nobre Deputado, confirmando a sua ação declaratória que a publicidade do Governo Álvaro Dias nesses últimos trinta dias foi sobrecarregada, foi o dinheiro do Paraná que foi jogado para ver o candidato à convenção ser classificado em quarto lugar, porque não tinha um quinto candidato. O dinheiro do Paraná foi jogado mais uma vez a nível de propaganda. Isto é o que está ocorrendo.

Então, nobre Deputado, isso, Vossa Excelência traz, hoje, com muita seriedade, uma informação a esta Casa que precisava ser carreada para todos os cantos do Estado e do Brasil para saber quem é quem em nome desta falsa moralização, desta moralização que nunca houve no Paraná, é que se prega o modernismo inexistente em detrimento do nosso contribuinte.

Por isso, a Bancada do PDT parabeniza Vossa Excelência por trazer estas informações e pelo seu pronunciamento nesta data.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O Sr. Nestor Baptista - Eu queria mais um aparte, nobre Deputado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Na sequência.

Muito obrigado, Deputado Valderi. Vossa Excelência observa bem quando fala de Alagoas e do Paraná: os dois candidatos a Presidente, pelo menos o nosso até ontem; o outro continua; os dois caçadores de "marajás", os dois com o discurso da moralização, os dois com o discurso da modernidade. Parece que é uma coincidência, os dois fazem o discurso da "caça aos marajás", mas os dois estão envolvidos nesta questão do BRDE e do PRODOBAN, são seis bilhões de cruzados novos do Paraná que foram encaminhados ao Banco de Alagoas do Fernando Collor de Mello. Há um consórcio entre Alagoas e Paraná, mas naquilo que é pior, que é a má aplicação do dinheiro público. Eles se somam na "caça aos marajás", mas se perdem na fiscalização daquilo que eles têm o dever de fazer: o Fernando Collor de Mello de cuidar do Banco das Alagoas, o Governador Álvaro Dias de cuidar do dinheiro do BRDE, porque lá estão propostos seus indicados por Sua Excelência, um deles é o ex-presidente do Banco do Estado, o Sr. Finardi.

Por falar em obras paradas, o Deputado

Rafael Greca tem um requerimento na Mesa, que vai ser apreciado depois e ele fala que no Paraná existem sete rodovias estaduais paralisadas, a captação de água do Rio Passaúna em Curitiba, a captação emergencial do Rio Tibagi de Londrina e Cambé, enfim, fala aí das greves da SANEPAR, do BANESEADO, da COPEL, do veto do aumento ao funcionalismo público. Mas, vamos voltar ao Tribunal de Contas, afinal, são seis milhões e duzentos e trinta e três mil cruzados novos. Pois bem, a quinta inspeção, então, impugnou as contas, o BRDE tratou de explicar alguma coisa, mas, na verdade, diz o Tribunal a uma certa altura:

"... Assim sendo, realizar a aplicação de recursos captados na região do Paraná para aplicação no Estado de Alagoas está em direção oposta às finalidades de sua Constituição..." Afinal, são recursos captados, qual é a finalidade do BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - a não ser que geograficamente as Alagoas passem a pertencer ao Sul do Brasil. Qual era o interesse desse banco em Alagoas? O BRDE tem interesse com o desenvolvimento regional paranaense. As Alagoas já têm problemas que chegam com o Senhor Fernando Collor de Mello. Nós e que não sabemos, vamos saber agora no decorrer dessa campanha. Aqui está um dado: bela desculpa que foram os usineiros de lá que comeram o dinheiro, aí, levaram o dinheiro do Paraná, também, então. Onde estão os processos de industrialização deste Estado?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - ... Os investimentos na melhoria do saneamento básico do Paraná, onde estão as construções populares do projeto mutirão, seis milhões de cruzados novos é alguma coisa extraordinária, Senhores Deputados e o próprio Tribunal de Contas reconhece que é estar em direção oposta às finalidades da sua Constituição e diz mais, que o balanço patrimonial encerrado em 31.12.87, não é nem 88, do Banco de Alagoas, demonstrava uma difícil posição, pois grande parte dos seus créditos estava direcionada ao setor público e ao setor suco-alcooleiro, com evidências de difícil recebimento, isso em 87 e o BRDE do Paraná, no finalzinho de 88, assim mesmo, com um balanço que denunciava a situação precária do Banco de Alagoas, lhe dá de mão aberta ...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vossa Excelência se quiser pode usar o Horário da Liderança.

O Sr. Nestor Baptista - Concede-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Na seqüên-

cia, deixe eu terminar o raciocínio do Tribunal de Contas, que afinal é um organismo sério e que tem a competência de fiscalizar as contas públicas.

Diz mais ainda o relatório do Tribunal de Contas a partir de junho/88, deixou aquele banco de publicar as demonstrações financeiras semestrais que estão sujeitas as instituições financeiras.

O balancete de 30 de setembro/88 apresentou lucro parcial de 355 milhões, no entanto, tal informação não implicava em nenhuma consistência, uma vez que não foi divulgado o balanço semestral para o exercício das comparações.

Considerando a autonomia de que possuem as agências locais do BRDE no Paraná, para operações até determinados valores a responsabilidade pelas consequências advindas dessas operações, recaem sobre a diretoria representante do Estado do Paraná, cuja atribuição específica na forma do Regimento Interno, é a de supervisionar a respectiva agência. Para tanto, dispõe sobre sua subordinação, uma gerência financeira, com a seguinte atribuição. Aí fala da atribuição que é exatamente isso, ver a possibilidade de aplicar bem o dinheiro do BRDE. Esqueceram ou não leram as normas internas do BRDE, afinal de contas partia-se do pressuposto que o Governador das Alagoas, Fernando Collor de Mello, pregador da moralização e o Governador Álvaro Dias também, eram duas honradas personalidades dessa campanha, que hoje graça pelo Brasil afora. Basta dizer, vamos fazer moralização, parece que estão com a proposta de que o resto pode-se fazer tudo, pode-se estabelecer o conluio oficializado, desde que os discursos sejam da moralização.

Alagoas e Paraná se uniram nesse gasto extraordinário de seis milhões e duzentos e trinta e três mil, o Paraná perdeu e o produtor recebeu esses seis milhões e duzentos e está trabalhando com esse dinheiro nas Alagoas e está financiando essa campanha ilusória da moralização do Senhor Fernando Collor de Mello.

É isto, só posso chegar a esta conclusão, Senhores, porque o discurso é igual. Se o discurso é igual a ação é igual e está aprovado, um recebeu o dinheiro o outro entregou o dinheiro, aquele que entregou, entregou mal, aquele que recebeu não sabemos o que ele faz, um não devolve o dinheiro o outro não cobra o dinheiro. Será que a distância geográfica do Paraná e Alagoas impede isso? Basta uma viagem do Governador a Alagoas. Será que ele foi a Alagoas nesta campanha presidencial? Poderia ter lembrado lá o Governo de que o Paraná tem um crédito de seis milhões e duzentos e trinta e três mil cruzados novos.

Conclui o Tribunal de Contas: "Assim sendo a diretoria regional do Paraná e a gerência financeira, nas pessoas dos Senhores - João Carlos Finardi e Eloy Beviláqua, respectivamente, deve ser atribuído à competência para a prática de tais operações, que entendemos não terem sido executadas dentro da boa técnica bancária, principalmente em razão da não observância de disposições referentes à região onde foram realizadas as aplicações".

Vejam que aqui o Tribunal fala de novo na região, essa região já foi referida anteriormente e para reavivar a memória do Líder do Governo, é o Estado de Alagoas, longe do Paraná. Região onde foram realizadas as aplicações e ainda quanto à segurança do reembolso dessas aplicações, preceitos esses estabelecidos no Regimento Interno, a saber: aí fala ...

O Sr. Nestor Baptista - Deputado Nereu, concede-me um aparte?
(Assentimento)

Serei breve. O Deputado Valderi em aparte, parece que quer que o nosso Governador tenha uma estrela de xerife e saia prendendo gente desrespeitando inclusive decisão do Judiciário. O Judiciário está aí com várias ações para serem julgadas e analisadas e não compete mais ao Executivo, ou vamos desconhecer o Poder Judiciário? E, para ser breve também, Vossa Excelência conviveu no MDB, no PMDB, com o Governador Álvaro Dias e querer compará-lo com o Governador das Alagoas ...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Na Mensagem sim.

O Sr. Nestor Baptista - ... é um verdadeiro absurdo, Vossa Excelência sabe perfeitamente. Agora é um País que não pode se falar em moralidade! E o Governador Álvaro Dias tem trabalhado em cima disso.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Não se pode não, deve-se falar em moralidade. Deve-se, mas não como programa de Governo.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência ... Mas num País onde a maior crise moral da sua história se verifica, tem que constar no programa.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - A crise moral é por causa do dinheiro mal aplicado como esse!

O Sr. Nestor Baptista - E que a Justiça vai falar Deputado, que a Justiça vai se pronunciar.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Quando?

O Sr. Nestor Baptista - Quando é uma pergunta que teremos que fazer ao Judiciário.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - O Atalla até hoje não resolveu, com todo o discurso que foi feito.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência sabe que está "sub-judice" a ação de cobrança do Grupo Atalla.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - "Sub-judice" é uma fórmula simples e fácil, uma expressão latina para justificar o atraso, nobre Líder.

O Sr. Nestor Baptista - Mas vamos então recorrer ao Judiciário!

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Mas o Governador foi lá no Judiciário exercer o papel de Corregedor e publicou na imprensa de que foi pedir agilização e fez um carnaval em cima disso. E daí, cadê o resultado?

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência como bom advogado que é, como respeitável advogado que é, como o Deputado Valderi Mendes Vilela ...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu como bom advogado cuidava das minhas ações para que elas fossem julgadas rapidamente no exercício da minha profissão.

O sr. Nestor Baptista - Evidentemente, só que o Judiciário é que tem a última palavra no caso.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - E eu respeito o Judiciário. Eu estou com meu tempo esgotado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)
Senhor Presidente, apenas para registrar que quando eu era advogado uma ação de execução durava no máximo um ano. Portanto, não há justificativa de que se prolongue por tanto e tanto tempo. É isso, o Deputado Nereu Carlos Massignan sabe que o que nós estamos dizendo realmente é a verdade.

Obrigado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Para concluir, Senhor Presidente. Vejam o que diz o Tribunal: "No entanto, como resultado dessa operação haverá prejuízos decorrentes do não ressarcimento da remuneração real desses recursos, no período compreendido entre a aplicação - que foi no ano

passado em dezembro e a conclusão da liquidação, pois, como já citamos, a legislação assegura apenas a correção monetária. "Quer dizer, desse dinheiro haverá o retorno do capital e mais a correção, o juro, as despesas, a má aplicação fica por conta do erário público. Eu peço ao nobre Líder do Governo que leve esta preocupação ao Senhor Governador Álvaro Dias e que, no mínimo, peça a substituição dos atuais diretores do BRDE que estão sob suspeita do Tribunal de Contas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra a representação do PT.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, demais presentes.

Há mais de sessenta anos, o então Presidente do Brasil, Washington Luís, ainda na Velha República, disse que a questão social era caso de polícia. Hoje, quando já vivemos numa República chamada "Nova", as autoridades federais, estaduais e municipais, em sua maioria, continuam seguindo a mesma orientação. Contra as greves, tropas de choque; contra as reivindicações, de reforma agrária, expulsão dos sem-terras pela violência.

É exatamente isto que está acontecendo na chamada Nova República.

É exatamente o que está acontecendo agora com 70 famílias que ocupam há mais de 20 anos um terreno em Pinhais, no vizinho município de Piraquara. Essas famílias, que não têm outro lugar onde morar, estão prestes a ser despejadas. Nesta terça-feira, pela manhã, a polícia estava ocupando o local, para garantir a posse do terreno à Agro-Industrial Pinhais. Isso significa que neste País a propriedade do solo urbano e rural não atende a qualquer finalidade social e as autoridades estão aí para defender os interesses gananciosos de grupos econômicos. Não interessa a essas autoridades se a população não tem onde morar.

O episódio todo é muito ilustrativo da situação do País. As famílias que no momento ocupam a área têm uma associação chamada Vila Nova República. Quando essa associação foi criada, vivíamos os tempos do plano cruzado, o único momento de enganosa grandeza do governo Sarney. O nome escolhido pelos moradores não tinha nada de irônico; representava, isso sim, as esperanças e ilusões que grande parte da população depositava na Nova República. Mas hoje a desilusão é amarga e a ironia é feroz: trata-se da mesma Nova República que quer desalojar os moradores da Vila Nova República, assim como trata as greves na base do porrete e os sem-terras como um

caso de polícia.

A questão social no Brasil continua sendo um caso de polícia.

Em novembro do ano passado, alguns dias antes das eleições municipais, os moradores iniciaram uma greve de fome com o objetivo de sensibilizar as autoridades e temendo que, passadas as eleições, nada mais impediria o despejo pela força os moradores recorreram ao governo estadual, que lhes fez muitas promessas, que não cumpriu. O Governador Álvaro Dias chegou a intimidar os moradores, fato denunciado pela imprensa na palavra do vigário da Vila, Padre Alberto Panichela.

Há várias possibilidades de solução para o caso. A COHAPAR já determinou a cessão da área do loteamento Perdizes. Mas, para isso, é necessário alterar a lei de zoneamento do município de Piraquara, para que os terrenos para construção de moradia, sejam pela Lei diminuídos, porque pelo atual código de postura é de 360 metros, o mínimo exigido, o grande obstáculo nesse caso, está sendo o Prefeito atual de Piraquara, Luís Cassiano Castro Fernandes, que contando com a maioria na Câmara Municipal, impede a alteração que seria benéfica dessa Lei.

Das 70 famílias que ocupavam o terreno sobraram apenas um pouco mais que trinta, e não é por acaso, muitas e muitas tentativas de despejo os amedrontavam.

Hoje pela manhã, havia no local mais de 200 policiais acompanhados de cavalaria e tropas de choque. As ameaças constantes levaram cerca de 40 famílias a abandonarem a área sem que tivessem para onde ir. É o que vai acontecer certamente com as famílias restantes.

A ação repressora não resolve nenhum problema, apenas agrava as condições de vida da população carente.

A Secretaria de Segurança Pública foi acionada nesta manhã, prometeu e assim fez, retirou as tropas até 6.ª feira, para que alguma medida possa ser tomada no sentido de resolver o problema da moradia de mais de 30 famílias. Na 6.ª feira haverá audiência, com o Prefeito de Piraquara, para que se encontre uma saída, e as famílias que lá estão encontrem o local para morar.

Sem isso, o problema permanece, as autoridades terão que mostrar mais uma vez o que entendem por governar. Trata-se de garantir condições mínimas de existência para a população. Ou então, de utilizar os seus cargos, para atender os interesses escusos das minorias privilegiadas.

Era isso, Senhor Presidente, era isso Senhores Deputados, e esperamos o empenho, para que até sexta-feira, se resolva o problema tão grave, que é o problema da moradia e neste momento o problema dos mo-

radores da Nova República.
Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Consulto à Liderança do PL se fará uso do seu horário.

(Declina).

PTB com a palavra.

(Declina).

PTN com a palavra.

(Declina).

PFL com a palavra.

(Declina).

PDS com a palavra.

(Declina).

PDC com a palavra.

(Declina).

PMDB com a palavra.

(Declina).

Encerrado o horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Senhores Deputados.

A Mesa, com base na Resolução n° 22/71, abre prazo por três (03) dias consecutivos, a contar de hoje, dia 02 do corrente mês, para apresentação de emendas à Emenda que altera o Inciso 9° do Artigo 22 da Constituição Estadual.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Rafael Greca, solicitando licença para ausentar-se do País entre os dias 28 de abril a 03 de maio, em cumprimento de missão parlamentar a pedido do Diretório Nacional do PDT, na delegação da Internacional Socialista que vai observar as eleições do Paraguai. - À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 59/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 42/89), que objetiva reajustar, a partir de 1° de abril de 1989, os vencimentos dos funcionários dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 19, de 06.04.89, Mens.)

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 217/88, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ESPERANÇA - ASSERNE, com sede e foro em Nova Esperança. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 230/88, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO LUTERANA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 246/88, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AOS IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 249/88, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUARATUBA - APAE, com sede e foro no Município de Guaratuba. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 58/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 34/89), que altera o valor da gratificação percebida pelos vogais e representantes da Secretaria da Fazenda junto ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, quanto a sua constitucionalidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 90/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 43/89), que objetiva dar nova redação a dispositivos da Lei n° 7047, de 21 de novembro de 1978, e às suas posteriores alterações, com vistas a elevar de 16.790, para 17.492 policiais-militares, o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, quanto aos aspectos da constitucionalidade, Finanças e Segurança Pública. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando o cancelamento do regime de urgência e o adiamento da discussão e votação pelo pra-

zo de três (03) sessões. - Aprovado.

Fica, portanto, adiada por três (03) sessões, a discussão e votação do Projeto de Lei n° 90/89.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 174/88, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que denomina "Rodovia do Alcool", o trecho da PR-457, compreendido entre a sede do Distrito de Marisa e o Município de São Pedro do Ivaí até o entroncamento com a PR-082 no Município de São João do Ivaí, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva geral de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

AO PROJETO DE LEI N° 174/88

Art. 1° - Fica denominada "Rodovia Prefeito Aloisio Alves Pereira, o trecho da Rodovia PR-457, compreendido entre a sede do Distrito de Marisa, no Município de São Pedro do Ivaí, até o entroncamento com a PR-082, no Município de São João do Ivaí.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.04.89.

(a) ORLANDO PESSUTI.

Apoiamento: Antônio Costenaro Neto, José Afonso Júnior, Amélia Hruschka, Nilton Barbosa, Luiz Carlos Alborghetti, Lauro Lobo Alcantara e Cândido Bastos.

Em votação o projeto. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 324/88, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que autoriza o Governo do Estado a expedir ao Município de Ponta Grossa, título de domínio pleno do imóvel denominado Botuquara, situado naquele município. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 295/87, de autoria do Deputado PEDRO TONELLI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 1° DE JULHO, com sede e foro nesta Capital. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 124/87, de 28.10.87).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 224/88, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que declara de Utilidade Pública o CENTRO ESPÍRITA ALLAN KARDEC, com sede e foro na cidade de Mariluz-PR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e

C.D.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 74/88, de 02.08.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 224/88

P A R E C E R:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Nereu Carlos Massignan, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Centro Espírita Allan Kardec, com sede e foro na cidade de Mariluz.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n° 6994, de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões em 18.10.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
GERNOTE KIRINUS -Relator

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI N° 224/88

P A R E C E R:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Nereu Carlos Massignan, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Centro Espírita Allan Kardec, com sede e foro na cidade de Mariluz.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - lei n° 6994, de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões em 05.12.88.

(aa) PAULO FURIATTI - Presidente
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 254/88, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que declara de Utilidade Pública a UNIÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS UNIVERSITÁRIOS - UNISERVI, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 92/88, de 12.09.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 254/88

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Nestor Baptista, objetiva o presente plano de lei

declarar de Utilidade Pública a União dos Servidores Públicos Universitários - UNISERVI, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões em 12.01.89.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 99/88), que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Congoinhas, um terreno urbano medindo 800,00m², com as benfeitorias nele existentes, constituído pela data nº 150, da quadra nº 23, daquela municipalidade. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 93, de 13.09.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 256/88

P A R E C E R:

O presente plano de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 99/88, visa autorizar o poder Executivo a doar ao Município de Congoinhas, um terreno urbano medindo 800,00m², com as benfeitorias nele existentes, constituído pela data nº 150, da quadra nº 23, daquela municipalidade.

A competência para a sobredita doação é da Assembléia Legislativa com a sanção do Governador do Estado, conforme o estabelecido no art. 21, item VIII, letra c, da Constituição Estadual.

A medida proposta consulta plenamente os interesses da administração e da coletividade, eis que a área, cuja autorização para doação é proposta, será, conforme esclarecimentos do Sr. Prefeito Municipal, destinada para instalações de repartições públicas do Município.

Nestas condições nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.12.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
GERNOTE KIRINUS - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 290/88, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que denomina de "Esmeralda Moreno de Carvalho" a Escola Estadual do Jardim São Silvestre, em Maringá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 105/88, de 05.10.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 290/88

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Ferrari Júnior, tem por finalidade denominar de "Esmeralda Moreno de Carvalho", a Escola Estadual do Jardim São Silvestre, em Maringá.

O projeto de lei está devidamente justificado com os termos do Regimento Interno e de acordo com as normas vigentes. Assim sendo, nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta augusta Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões em 22.11.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
CÂNDIDO BASTOS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 290/88

P A R E C E R:

De autoria do nobre Parlamentar Ferrari Júnior, o presente plano de lei visa denominar de "Esmeralda Moreno de Carvalho", a Escola Estadual do Jardim São Silvestre, em Maringá.

A douta Comissão de Constituição e Justiça ao analisar a proposição posicionou-se pelo parecer favorável, por entender estar de acordo com os termos do Regimento Interno e com as atuais normas vigentes.

Chamada a opinar, esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, conforme lhe faculta o artigo 53 do Regimento Interno, compartilha com o entendimento da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Assim sendo, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela Aprovação desse projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.88.

(aa) ACYR MEZZADRI - Presidente
DAVID CHERIEGATE - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 317/88, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública a ORGANIZAÇÃO ECOCATU PRÓ-NATUREZA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 118, de 24.11.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 317/88

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Paulo César Furiatti, o presente plano de lei ob-

jetiva declarar de Utilidade Pública a Organização Ecocatu Oby Pró-Natureza, com sede e foro nesta Capital.

Em conformidade com a justificativa apresentada e que acompanha a presente proposta, temos que a mesma encontra-se devida e legalmente aparelhada, pois ela atende aos requisitos exigidos pela Lei nº 6994/78, que estabelece as normas para declaração de utilidade pública, no âmbito estadual.

Assim sendo, esta douta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar, de conformidade com o Regimento Interno, vem a se pronunciar favoravelmente pela medida que ora se apresenta.

Neste sentido, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões em 12.01.89.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

NEIVO BERALDIN - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 732, de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury, Caíto Quintana e Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

A Mesa solicita que os Srs. Deputados, em pé, procedam um minuto de silêncio.

(Pausa)

Requerimento de nº 733, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 739, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 734, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 735, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 737, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 738, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. - Em votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 742, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 743, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 745, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. - Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 174 e 324/88.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 295/87, 224, 254, 256, 286, 290 e 317/88.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
11ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezenove dias do mês de abril de hum mil novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reunião das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem a Comissão de Constituição e Justiça com o fim específico de proceder sua instalação e respectiva eleição para Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma regimental pelo Senhor Deputado Raul Lopes, verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão, anunciando o recebimento de uma moção de indicação subscrita pelos membros titulares da Comissão, nomeando, respectivamente, os Senhores Deputados Cândido Bastos e Valderi Vilela para Presidente e Vice-Presidente (Em anexo). A seguir procedeu-se a votação, sendo aclamados por unanimidade. O Senhor Deputado Valderi Vilela, usando da palavra, concordou em aceitar a Vice-Presidência em razão

do compromisso assumido pelo Senhor Deputado Cândido Bastos de dirigir a Comissão mais importante da Casa, de forma democrática. Enfatizou que pela primeira vez em seus três anos como membro desta Comissão, houve uma eleição com tanto consenso. Segundo seu entendimento todas as matérias deverão ser distribuídas democraticamente independentemente do assunto ser polêmico ou não. O Senhor Deputado Raul Lopes diz ser este um momento extremamente democrático, uma prova de apreço, lealdade e carinho para com os membros eleitos para a Presidência e Vice, pois foram aclamados por unanimidade. O Senhor Deputado Edmar lembra o modo ditatorial como tem sido distribuídas as matérias entre os membros da Comissão, e que a partir de agora deverá ser realizada uma distribuição equitativa. Solicita, ainda, que as reuniões sejam convocadas com antecedência de 48 horas, com a pauta dos projetos a serem relatados, especialmente os de fundo polêmico. O Senhor Deputado Valderi Vilela invoca o modelo norte-americano, onde se debatem as matérias dentro da Comissão e não em Plenário. Diz, ainda, que não podemos acatar matéria inconstitucional dentro desta Comissão como já ocorreu em anos passados, e que o tempo necessário para análise das matérias é irrelevante, pois já nos Estados Unidos existem projetos que permanecem na Comissão até 9 meses para uma análise completa. A seguir o Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto usou da palavra para comunicar que como Líder da Bancada auto-indicou-se e ao Senhor Deputado João Arruda e, apesar de nunca terem participado da Comissão de Constituição e Justiça, têm uma longa experiência de vida e condições de acompanhar os trabalhos e acreditam que a participação nesta Comissão será de grande valia pois sairão daqui municiados para trabalhar em Plenário. Diz, ainda, que todos têm uma função comum de analisar e discutir as matérias em defesa do nosso povo e de nosso Estado, valorizado os Deputados, pois ficamos à mercê das críticas da opinião pública quando a imprensa noticia pareceres expedidos por nós incorretamente. O Senhor Deputado João Arruda faz suas as palavras do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, dizendo de sua disposição para contribuir com esta Comissão. A seguir o Senhor Deputado Raul Lopes declara instalada a Comissão e convida o Senhor Presidente eleito para assumir a presente reunião. Ao tomar posse, o Senhor Deputado Cândido Bastos, inicialmente, convida o Senhor Deputado Valderi Vilela para tomar assento ao seu lado na Vice-Presidência. A seguir agradece a todos os Deputados que por unanimidade apoiaram seus nomes para Presidente e Vice-Presidente, e conforme depoimento dos

demais Deputados, concorda ser a Comissão de Constituição e Justiça a mais importante Comissão da Casa, tendo em vista que todos os Projetos que passam por aqui são analisados a fundo quanto à sua constitucionalidade e legalidade para serem posteriormente encaminhados ao Plenário. Compromete-se em desempenhar suas funções, dentro da Comissão de Constituição e Justiça, da melhor maneira possível, obedecendo Regimento Interno e as demais Leis que regem todo o trâmite Legislativo. Enfocando a sugestão do Deputado Edmar sobre uma pauta prévia para cada reunião a ser realizada, diz que o Regimento Interno não prevê tal possibilidade, mas que poderá ser estabelecido dentro da Comissão, apesar da quantidade de matérias e da incerteza do comparecimento dos diversos titulares às reuniões. O Senhor Deputado Edmar lembra que quando o Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos presidia a Comissão de Educação manteve sempre a pauta prevista para todas as reuniões. O Senhor Deputado Cândido Lopes diz que este Legislativo está procurando fazer a democratização do Poder e que a Assembléia hoje está com um pluripartidarismo realmente participante, e que estabeleceremos de hoje em diante a pauta e que a distribuição será feita em sistema de rodízio, e mais, que se os Deputados não cumprirem o prazo estabelecido serão os projetos redistribuídos. O Senhor Deputado Valderi Vilela levanta o problema do prazo para concessão de vista e o Senhor Deputado Cândido Bastos promete cumprir os prazos do Regimento Interno. Por outro lado, ficou estabelecido que as Reuniões Ordinárias desta Comissão realizar-se-ão terças-feiras, às 13:30 horas na Sala de Reunião das Comissões. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos elgais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Everlei Terezinha Cleto Chaves, Secretária da Comissão.

(aa) Deputado CÂNDIDO BASTOS
Presidente
EVERLEI TEREZINHA CLETO CHAVES
Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
11.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Cândido Bastos, mais a presença dos seguintes Senhores Deputa-

dos: Raul Lopes, Edmar Luiz Costa, João Arruda, Nereu Massignan, Valderi Vilela, Lauro Alcantara e Antônio Costenaro. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos. Não havendo expediente a ser lido e dispensada a leitura da Ata, passou-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 326/84, de autoria do Deputado Nelson Vasconcellos. Relator: Deputado Nereu Massignan. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 160/87, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti. O Senhor Deputado Edmar Luiz Costa solicita vista. DEFERIDA. 03) Projeto de Lei nº 256/87, de autoria do Deputado Raul Lopes. Relator: Nereu Carlos Massignan. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 114/88, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Valderi Vilela, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDA. 05) Projeto de Lei nº 151/88, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior. Relator: Deputado Caíto Quintana. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 187/88, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Relator: Deputado Nereu Massignan. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 216/88, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator: Deputado Nereu Massignan, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDA. 08) Projeto de Lei nº 237/88, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini e outros. Relator: Deputado Nereu Massignan, requer seja transformado em diligência junto a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. DEFERIDA. 09) Projeto de Lei nº 242/88, de autoria do Deputado José Afonso Júnior. Relator: Deputado Nereu Massignan. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 243/88, de autoria do Deputado José Felinto. Relator: Deputado Nereu Massignan, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDA. 11) Projeto de Lei nº 250/88, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira. Relator: Deputado Nereu Massignan. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 12) Projeto de Lei nº 258/88, de autoria do Deputado Raul Lopes. Relator: Deputado Valderi Vilela, requer seja transformado em diligência junto a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Comandante Geral da Polícia Militar. DEFERIDA. 13) Projeto de Lei nº 267/88, de autoria do Deputado Paulo Furiatti. Relator: Deputado Nereu Massignan. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 14) Projeto de Lei nº 278/88, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini. Relator: Deputado Nereu Massignan. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 15) Projeto de Lei nº 279/88, de autoria do Deputado Antônio Martins Annibelli. Relator: Deputado Nereu Massignan. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 16) Projeto de Lei nº

284/88, de autoria do Deputado José Felinto. Relator: Deputado Nereu Massignan, requer seja transformado em diligência junto a Secretaria de Estado da Segurança Pública. DEFERIDA. 17) Projeto de Lei nº 285/88, de autoria do Deputado Ferrari Júnior. Relator: Deputado Nereu Massignan. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 18) Projeto de Lei nº 293/88, de autoria do Deputado Alexandre Ceranto. Relator: Deputado Valderi Vilela, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDA. 19) Projeto de Lei nº 297/88, de autoria do Deputado Alexandre Ceranto. Relator: Deputado Nereu Massignan, requer seja transformado em diligência junto à Secretaria de Estado da Administração. DEFERIDA. 20) Projeto de Lei nº 300/88, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Nereu Massignan, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDA. 21) Projeto de Lei nº 301/88, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator: Deputado Nereu Massignan, requer seja transformado em diligência junto a Secretaria de Estado de Transportes. DEFERIDA. 22) Projeto de Lei nº 330/88, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Relator: Deputado Nereu Massignan. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 23) Projeto de Lei nº 338/88, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini. Relator: Deputado João Arruda, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDA. 24) Projeto de Lei nº 347/88, de autoria do Deputado Paulino Delazeri. Relator: Deputado Lauro Alcantara. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 25) Projeto de Lei nº 007/89, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo. Relator: Deputado Edmar Luiz Costa. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 26) Projeto de Lei nº 008/89, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo. Relator: Deputado Raul Lopes, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDA. 27) Projeto de Lei nº 022/88, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa. Relator: Deputado João Arruda. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 28) Projeto de Lei nº 025/89, de autoria do Deputado Raul Lopes. Relator: Deputado Nereu Massignan, requer seja transformado em diligência junto a Secretaria de Estado da Segurança Pública. DEFERIDA. 29) Projeto de Lei nº 026/89, de autoria do Deputado Cândido Bastos. Relator: Deputado Raul Lopes. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 30) Projeto de Lei nº 028/89, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator: Deputado João Arruda. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 31) Projeto de Lei nº 034/89, de autoria do Deputado José Felinto. Relator: Deputado Lauro Alcantara. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 32) Projeto de Lei nº 046/89, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 26/89. Relator: De-

putado Nereu Massignan. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 33) Projeto de Lei n° 048/89, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 31/89. Relator: Deputado Lauro Alcantara. O Senhor Edmar Luiz Costa solicita vista. DEFERIDA. O Senhor Deputado Valderi Vilela faz uso da palavra para enaltecer o Senhor Presidente pela forma democrática com que conduz os trabalhos desta Comissão, parabenizando-o pela concessão de vista deste projeto. 34) Projeto de Lei n° 051/89, de autoria do Deputado David Cheriegate. Relator: Deputado Lauro Alcantara, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDA. 35) Projeto de Lei n° 057/89, de autoria do Deputado Ezequias Losso. Relator: Deputado Edmar Luiz Costa, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDA. 36) Projeto de Lei n° 065/89, de autoria do Deputado Paulino Delazeri. Relator: Deputado Valderi Vilela, requer seja transformado em diligência junto ao autor. 37) Projeto de Lei n° 075/89, de autoria do Deputado Antônio Martins Annibelli. Relator: Deputado João Arruda. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 38) Projeto de Lei n° 079/89, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 41/89. Relator: Deputado Luiz Costa. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 39) Proposição n° 016/89, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 14/89. Relator: Deputado Edmar Luiz Costa. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 40) Proposição n° 017/89, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 15/89. Relator: Deputado Lauro Lobo Alcantara. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 41) Proposição n° 018/89, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 17/89. Relator: Deputado Raul Lopes. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 42) Proposição n° 019/89, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 16/89. Relator: Deputado Djalma de Almeida César. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 43) Proposição n° 021/89, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 19/89. Relator: Deputado Nereu Massignan. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 44) Proposição n° 023/89, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 22/89. Relator: Deputado Nereu Massignan. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 45) Proposição n° 024/89, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 23/89. Relator: Deputado Nereu Massignan. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 46) Proposição n° 025/89, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 27/89. Relator: Deputado João Arruda. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 47) Proposição n° 026/89, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 28/89. Relator: Deputado Lauro Alcantara. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 48) Proposição n° 027/89, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 029/89. Relator: Deputado Lauro Alcantara. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 49) Proposição n° 028/89, de autoria do Poder Execu-

tivo, Mensagem 36/89. Relator: Deputado Edmar Luiz Costa. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 50) Proposição - Veto n° 031/89, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT n° 23/88, vetando o Projeto de Lei n° 176/89, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator: Deputado Nereu Massignan. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO pela apreciação em Plenário. Fazendo uso da palavra o Senhor Deputado Valderi Vilela, salienta que, sendo esta a Comissão mais importante da Casa, tem que se analisar criteriosamente todas as matérias, mesmo os Convênios, pois cabe aos Parlamentares a fiscalização dos atos do Poder Executivo. O Senhor Presidente toma a palavra para alertar que não quer tolher ninguém, mas que a discussão das matérias deve ser feita na fase de apresentação dos pareceres. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Everlei Terezinha Cleto Chaves, Secretária da Comissão.

(aa) Deputado CÂNDIDO BASTOS

Presidente

EVERLEI TEREZINHA CLETO CHAVES

Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

3ª SESSÃO LEGISLATIVA 11ª LEGISLATURA ATA DA INSTALAÇÃO

Aos dez dias do mês de abril de hum mil novecentos e oitenta e nove, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, com o fim específico de proceder sua instalação e eleger o Presidente. Presidida na forma Regimental pelo Senhor Deputado Antonio Bárbara. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu a reunião, deixando a palavra livre. Os Senhores Deputados elegeram por unanimidade o Senhor Deputado Acyr Mezzadri para Presidente, seguindo-se a posse. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Sandro Alberto Figueiredo, Secretário, designado pelo Senhor Presidente da Comissão.

(aa) Deputado ANTÔNIO BÁRBARA

Presidente

SANDRO ALBERTO FIGUEIREDO

Secretário

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 11ª LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte dias do mês de abril de mil no-

vecentos e oitenta e nove, às dez horas, na Sala de Reunião das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniram-se os Senhores Deputados Antônio Annibelli, Nilton Barbosa, Pirajá Ferreira, Sabino Campos, David Cheriegate, Valderi Vilela e Nereu Massignan, membros efetivos da Comissão de Tomada de Contas, indicados pelas suas Lideranças Partidárias, para a instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da mesma. Havendo número legal e de acordo com o Regimento Interno, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Pirajá Ferreira. Procedida a votação, foram eleitos por unanimidade, os Senhores Deputados Antônio Annibelli e Valderi Vilela para Presidente e Vice-Presidente respectivamente. O Presidente eleito, usando da palavra agradeceu em seu nome e do Vice-Presidente, a confiança depositada pelos nobres pares e deixou estabelecido que as reuniões da Comissão serão condicionadas a existência de matérias. Na oportunidade indicou a funcionária Maria Regina Subtil, para secretariar a citada Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos e para produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senhores Membros e por mim, Maria Regina Subtil, que secretariei a presente reunião.

(aa) Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI
Presidente
MARIA REGINA SUBTIL
Secretária

Membros:

Nilton Barbosa, Pirajá Ferreira, Sabino Campos, David Cheriegate, Valderi Vilela e Nereu Massignan.

COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO DO BADEP

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de abril do ano de um mil, novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Especial de Investigação do BADEP, sob a presidência do Deputado Paulo Cesar Furiatti e contando com as presenças dos Deputados Lauro Lobo Alcantara, Acyr Mezzadri e Leônidas Chaves. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente foi ouvido o perito Iguatemi Batista de Carvalho, que após dar o seu depoimento, respondeu a várias perguntas dos senhores membros da Comissão. Em seguida, o Doutor Lauri Zilli, representando o BANESESTADO, prestou depoimento sobre o Caso BADEP/PROMEPA, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos,

dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente.

(a) PAULO CESAR FURIATTI
Presidente
Severo Olímpio Sotto Maior
Secretário

COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO DO BADEP

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Especial de Investigação do BADEP, sob a presidência do Deputado Paulo Cesar Furiatti. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior. Na sequência foi tomado o depoimento do Doutor Ivo Dyniewicz, Delegado de Crimes Contra a Administração Pública, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(a) PAULO CESAR FURIATTI
Presidente
Severo Olímpio Sotto Maior
Secretário

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA

11ª LEGISLATURA

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de abril de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Saúde Pública, sob a presidência do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara e com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão: Amélia de Almeida Hruschka, Antônio Costenaro Neto, Cândido Bastos, Haroldo Ferreira e Orlando Pessuti, bem como os Srs. Deputados José Afonso Júnior, Pedro Tonelli e Valderi Vilela. A presente reunião contou com a presença do Presidente da Associação Médica do Paraná, Dr. José Elias Aíex Neto, que foi convidado para depor sobre as acusações feitas ao Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, no que diz respeito ao SUDS e à má versação de verbas pelo referido Secretário. Havendo número legal, o Sr. Presidente iniciou os trabalhos, dizendo que gostaria de deixar bem claro a todos que conhecem as Comissões da Assembléia Legislativa, sabem que elas são

pluripartidárias e que seus trabalhos têm sido no sentido de encaminhar as questões de maneira mais isenta possível. Passou então a palavra ao Dr. José Elias Alex Neto, para que este fizesse as suas considerações. O Dr. José Elias Alex agradece primeiramente o convite a ele feito por esta Comissão e fez colocações sobre a política de saúde do país. Reiterou ainda, que sua vinda à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, se deve a um pedido de uma CPI na área da Saúde. Colocou-se então a disposição dos Senhores Deputados para prestar esclarecimentos. O Senhor Presidente deu por aberto o debate, no qual fizeram uso da palavra os Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Antônio Costenaro Neto, Valderi Mendes Vilela, Pedro Tonelli, José Afonso Júnior, Cândido Bastos e Haroldo Ferreira. Todos os depoimentos e debates desta reunião encontram-se em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante desta Ata. O Senhor Presidente retomou a palavra, dizendo que esta reunião, tendo a presença de Deputa-

dos de vários partidos e também da Imprensa, mostra claramente que a intenção dos Parlamentares é a verdade. Passou a palavra ao Doutor Alex para suas despedidas, o qual agradeceu a maneira cordial como foi tratado nesta Comissão e também parabenizou os Senhores Deputados pela forma democrática como a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tem se comportado, procurando ouvir todos os setores da sociedade paranaense. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Doutor Alex, da imprensa, dos Senhores Deputados e demais presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Cinthia Beatriz Fernandes Luiz, Secretária da Comissão, para que se produza os efeitos legais.

(aa) LAURO LOBO ALCANTARA

Presidente

CINTHIA BEATRIZ FERNANDES LUIZ
Secretária da Comissão.